GUERRA FRIA, CONFLITOS INTERNOS, DESCOLONIZAÇÃO, DESIGUALDADE E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NOS PAÍSES AFRICANOS

Gabriella Cavalcante Xavier¹
Suzana Santos²

Resumo

Este artigo busca evidenciar as Desigualdades e as principais violações dos Direitos Humanos no Continente Africano, aprofundando na abordagem sobre as condições históricas, políticas e socioeconômicas de dois países, sendo eles, Angola e Moçambique. Utiliza a Teoria Marxista e o Pensamento Decolonial, para fundamentar e explicar como o processo de colonização sob domínio de países Europeus e a influência da Guerra Fria se faz presente no surgimento dos conflitos internos dos países africanos pós-processo de descolonização como signo de desigualdade e desrespeito aos Direitos Humanos, com base nos estudos bibliográficos de autores como Ricardo Soares de Oliveira, Ribeira e Visentini. Também utiliza dados do documento publicado pela Anistia Internacional- Informe de 2017-2018, que relata o Estado dos Direitos Humanos no mundo.

Palavras-chave: desigualdades, violação dos direitos humanos, continente africano.

Abstract

This article seeks to highlight the Inequalities and the main violations of Human Rights on the African Continent, deepening the approach to the historical, political and socioeconomic conditions of two countries, namely, Angola and Mozambique. It uses Marxist Theory and Decolonial Thought to support and explain how the colonization process under European countries and the influence of the Cold War is present in the emergence of internal conflicts in African countries after the decolonization process as a sign of inequality and disrespect for Human Rights, based on bibliographic studies by authors such as Ricardo Soares de Oliveira, Ribeira and Visentini. It also uses data from the document published by Amnesty International - 2017-2018 Report, which reports on the State of Human Rights in the world.

Keywords: inequalities, violation of human rights, African continent

¹ Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética – GEPE, ORCID – 0000-0001-5259-3539. E-mail: gabriella_xavier_@hotmail.com

² Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética – GEPE, ORCID – 0000-0003-0649-6273. E-MAIL: suzana.santos0052@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O continente Africano passou por um processo de colonização em meados do século XV, transformando um território de grandes impérios em uma colônia de exploração onde prevalecia os interesses mercantis dos europeus, com foco na busca de matérias primas e mão de obra, conhecida como tráfico de escravos. Passou ainda por uma fase onde se fazia presente o imperialismo europeu, quando durante o século XIX, cerca de 90% do território chegou a ser dominado.

De acordo com dados coletados durante a construção desse artigo, dos 54 países que constituem o continente Africano apenas dois não foram colonizados - Libéria e Etiópia. O resto do território foi dividido entre as potências europeias da época por meio da Conferência de Berlim. Se beneficiaram dessa repartição países como Portugal, França, Bélgica, Espanha, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e Holanda, Estados Unidos e Império Otomano.

Essa Conferência se deu num contexto onde a industrialização estava crescente com o desenvolvimento das tecnologias, países europeus em busca de recursos naturais, novos mercados consumidores e mão de obra barata, passaram a disputar o domínio do território africano. A disputa principal foi dada entre Portugal, Bélgica e França, esses países por sua vez ao se sentirem ameaçados nessa disputa investiram na dominação de alguns territórios no sentido de controlar e facilitar o transporte de mercadorias e comércios nessas regiões. Tentativas de acordo foram propostas, mas não foram concretizadas. Isso fez com que fosse necessário um encontro entre as nações europeias para evitar mais conflitos diplomáticos, além do fortalecimento do comércio, também se usou como justificativa para a ocupação do território africano a disseminação da religião cristã.

A Conferência de Berlim não contou com a participação da população africana, as decisões tomadas acerca de seus territórios tiveram como consequência o surgimento de questões políticas, sociais e culturais. O resultado das divisões do território imposta pelos países europeus é vista até os dias de hoje, mesmo com a luta e conquista da independência das colônias africanas, que se iniciou após um marco histórico importante para o mundo, a Segunda Guerra Mundial conhecida como Guerra Fria. Para melhor entendimento vamos contextualizar como a Guerra Fria impactou no processo de

descolonização e conseqüentemente no cenário das desigualdades e violações dos Direitos Humanos em dois países colonizados por Portugal: Moçambique e Angola.

1. África: um continente disputado

A partir da segunda metade do século XX, os estados africanos foram aceitos com “direito” a todos os privilégios formais destinados a quaisquer outro inclusive no que toca à representação na ONU. Desse modo, as independências africanas ocorreram, e ocorrem, dentro de um sistema de “proteção” que promove o reconhecimento não somente empírico, mas ainda jurídico de antigas colônias enquanto estados, como parte da sociedade internacional de estados autonomizados soberanos.

Em contrapartida, as potências reagiram com uma “calorosa” recepção a esses novos sujeitos da cena, na perspectiva de conseguirem aliados à guerra fria por meio da distribuição de ajudas financeiras e militares aos movimentos como os de libertação de territórios ainda colonizados como era o caso de Angola e Moçambique. Começou-se a falar em Guerra Fria nos anos 1946-1947, pouco depois de terminada a Segunda Guerra Mundial.

A rivalidade entre os eixos, Estados Unidos e União Soviética, devido à antagonias ideológicas e políticas, resultou em ações de cunho “passivo-agressivo”. Sua resolução teria assinalado a superação do mundo bipolar, o fim das ideologias e a preponderância dos valores ocidentais de democracia e liberdade, direitos humanos e de livre mercado, de respeito à propriedade privada e ao Estado de Direito. Esses valores e a cosmovisão que compreendem tenderiam a se tornar verdadeiramente universais, uma vez superada a contestação ideológica e política que o sistema enfrentava desde o chamado campo de países socialistas ou “socialismo real”. O conflito global em questão não estruturou apenas as primeiras décadas pós-coloniais, mas ainda tornou-se uma dimensão das relações econômicas internacionais e que serviram por um bom tempo aos interesses dos que dominavam a cena do continente. Observemos o que salienta Oliveira (2009):

Quando se discute este período, a decadência das economias estatizadas e a ascensão das agendas reformistas liberais do Ocidente tendem a ser menos enfatizadas do que os acontecimentos mais espetaculares da Guerra Fria, como o patrocínio soviético do Derg etíope, a força expedicionária cubana em Angola ou a parceria tácita entre os Estados Unidos e a África do Sul em apoio das forças contra da Unita e da Renamo em Angola e em Moçambique. (OLIVEIRA, 2009: 98)

Não obstante, embora não pretenda-se contestar os impactos negativos ocasionados pela Guerra Fria ao continente Africano, sobretudo no que toca aos conflitos financiados pela União Soviética e pelos Estados Unidos, a existência de uma competição internacional oportunizou o acesso a fontes de patrocínios e apoio político-militar. Desse modo, tal sistema fez-se pilar não somente da economia mas ainda da política africana das décadas de 1960 e 1970. Porém em meados dos anos 1970 emergem os problemas da África pós-colonial, com o advindo da crise petrolífera, pilar desta ordem econômica condicionando a bifurcação de destinos do terceiro mundo.

Alguns continentes, como a Ásia, conseguiram se adaptar à dura realidade superando inclusive a pobreza, não acontecendo o mesmo com aqueles que dependiam da exportação de matérias-primas e da mão de obra especializada. Essa mudança foi determinante e estruturante para as três décadas subsequentes da vida africana, porém a reação inapropriada dos governantes transformou o que poderia ser contornado, com mais tarde ocorreu com os estados fora da África, em uma crise permanente de proporções enormes. A reação inadequada à crise global, baseada em não racionamento de recursos, viabilizaram a acumulação de dívidas e juros impossíveis de serem pagos, quando no início da década de 1980 quase todos os países africanos já estavam comprometidos precisando do auxílio de instituições financeiras internacionais visto o comprometimento com reformas econômicas (uma intrusão sem precedentes onde a economia africana e tomada pelo reformismo liberal ocidental) sendo ainda culpabilizados pela políticas erráticas e autodestrutivas adotadas nas décadas anteriores.

2. Os impactos da Guerra Fria no processo de descolonização dos países africanos: a particularidade de Moçambique e Angola

A retórica antiestado, para além do contexto de declínio econômico, fez com que às elites africanas preconizassem privilégios e relegassem a segundo plano as responsabilidades sociais para com a população. Desse modo, muitas pessoas que dependiam direta ou indiretamente destas relações passaram a viver, ou sobreviver, neste caso, com pouca ou quase nenhuma proteção frente ao colapso instaurado. Contudo, durante a década de 1980 aos estados africanos continuaram a serem apoiados com base na lealdade vistos serem estados clientes dos países envolvidos no evento mundial.

Porém, ao longo do tempo a disputa em questão fora perdendo o vigor e, embora alguns estados tenham sido acobertados devido ao interesse das superpotências em suas matérias primas, como ocorrido com o Angola com a alta do petróleo, Moçambique por sua vez fora condicionada pela URSS a fazer as pazes com doadores ocidentais. Tal ação reverberou em transformações por todo continente aumentando a pressão em favor da liberação política e instrumentalização de diversas pautas, inclusive no que toca a finalização da guerra civil em Moçambique que obteve sua independência, sob a liderança de movimentos de libertação nacional de orientação marxista.

Para Visentini (2016) assim como as guerras são analisadas como ações agressivas e deliberadas e não enquanto conflitos sociais internacionalizados, na mesma perspectiva a Ciência Política anglo-americana considera as revoluções como uma quebra de processos regulares, ou seja, que já estão pré-determinados. Contudo até determinado tempo histórico, estas eram consideradas como eventos internos quando na verdade as mesmas são estimuladas ainda por fatores externos como pressões econômicas e políticas, bem como, alianças desestabilizadas. Tais acontecimentos provocam modificações no que já está posto além de simbolizar ciclos de transição e rupturas para uma nova proposta de mundo (o que para muitos pode ser percebido como colapso devido a alto grau de instabilidade).

O elemento deflagrador de tal evento pode ser um levante popular, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica. Mas, para estes elementos conjunturais serem eficazes, é necessário haver condições políticas objetivas favoráveis, domésticas e externas (RICHARDS, 2004).

Seus efeitos concretos podem ocasionar reflexos em alta escala gerando impactos internos e externos na medida em que alteram a ordem capitalista vigente ao qual muitos países se baseiam. Desse modo tornam-se referências para forças políticas simpatizantes ou antagonistas. A descolonização de alguns países da África, expressa de modo instrumentalizado pouco desse processo. Embora Portugal recusar-se a conceder a independência a Angola e Moçambique devido à interesses econômicos transnacionais, várias organizações, como a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que reunia movimentos de diferentes orientações as que tinha influência ideológica chinesa, impetraram luta contra os portugueses e visto a impossibilidade dos movimentos anticoloniais conquistarem a independência, estes passaram a recorrer á luta armada.

Os grupos em questão, posteriormente articularam-se em três movimentos, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional para Independência

Total de Angola (UNITA) - correntes moderadas e pró-ocidentais de base étnica do norte e do sul, respectivamente, e o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), de tendência socialista revolucionária e base urbana e interétnica (Chabal 2002). Decorrente da retirada de boa parte da elite branca, Moçambique passa a ser gerenciada por movimento majoritariamente negro, de referências marxista-leninista. Entretanto, independência que ocasionou o maior impacto internacional foi a de Angola devido a ser o país com maior potencialidade econômica (petróleo, ferro, diamantes e minerais estratégicos) sem mencionar a quantitativa minoria branca:

A divisão e o confronto entre os três grupos que lutavam pela independência acirraram-se quando da derrocada do fascismo português. A FNLA (vinculada aos Estados Unidos) e tropas de Zaire avançaram do norte para atacar a capital, Luanda, onde o MPLA era dominante. A invasão foi derrotada pelo MPLA com apoio de instrutores cubanos que começavam a chegar ao país. Entretanto, no sul os grupos da UNITA e o exército sul-africano desencadearam uma ofensiva-relâmpago contra o MPLA de Agostinho Neto. (VISENTINI: 120).

Segundo Clapham (1996), o marxismo, e, depois, a prática do marxismo-leninismo, representava uma doutrina que oferecia uma série de soluções atrativas para os grandes desafios a países que se lançaram no caminho da ruptura revolucionária e na tentativa de construção de uma sociedade pós-capitalista. Ao contrário das demais revoluções baseadas em ideologias nacionalistas e anticolonialistas que priorizam a libertação, o Marxismo oferecia para estes revolucionários uma proposta radical e progressiva tanto no que toca a organização política ou armada visando à conquista do poder e mobilização popular, quanto a conquista do poder num cenário de forças antagônicas.

O segundo ponto atrativo, colocado pelo autor, estava no oferecimento de uma nova doutrina de desenvolvimento que pregava a destituição do modelo de poder posto que controlava o país e substituí-lo por um Estado mais eficiente que preconizasse o bem-estar popular. Seguindo deste, o terceiro e quarto ponto referem-se a que as bases desses governos fossem unitária ou multiétnica visto que nesta fase os governos tinham alicerces limitados considerando o recente desvinculo do colonialismo ou neocolonialismo. Por fim, o quinto ponto relaciona-se a busca por apoio internacional no cenário da Guerra Fria. Vejamos o que salienta:

A URSS, a China e a comunidade socialista em geral representavam, portanto, a única fonte consistente de suprimentos militares, legitimação, apoio político e econômico. A necessidade de conquistar suporte externo foi condição necessária para a sobrevivência de muitos

dos regimes marxistas. Todavia, a ajuda soviética, além de criar certos laços de dependência, ficou geralmente restrita ao campo militar, deixando muito a desejar no campo econômico e financeiro. (VISENTINI, p. 126)

Porém, essa efervescência política compreende-se precoce quando fatores como a restauração autoritária dos líderes africanos, inclusive por meio de processos eleitorais, e a acumulação da verba pública por meio dos chamados “herdeiros do poder” passa a torna questionável a democracia estabelecida e que caracteriza o continente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou evidenciar como os pilares da Guerra Fria influenciaram e influenciam historicamente a instrumentalização dos Direitos Humanos a partir da inferência na construção dos âmbitos político e econômico dos Estados Africanos resultando na alimentação de ciclos de desigualdades e desrespeito. Segundo Oliveira (2009) decorrente desses feitos, a ideia de que o Estado é uma entidade impessoal com a capacidade institucional de disponibilizar bens públicos de forma não discriminatória tem uma base de apoio limitada nas sociedades africanas.

No entanto, não há dúvidas da existência de milhões de cidadãos que adotam os valores e a linguagem dos direitos humanos, e em alguns países, inclusive, a política eleitoral produziu partidos bem organizados com tais linhas de apoio, porém o hábito relativo ao “julgamento” moral antecede a crítica à base lógica de governo ou gestão evidenciando que os projetos políticos do período não tem pretensão de romper com o passado mais recente que alimenta o discurso partilhado pelas elites e pelas massas em adquirirem vantagens individuais.

REFERÊNCIAS:

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe Anual 2017/2018: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo**. Disponível em: < <https://anistia.org.br/entre-em-acao/carta/informe-anual-20172018-o-estado-dos-direitos-humanos-mundo/>>. Acesso em : 14 jun. 2020.

ALI, Miguel Momade. **Participação Popular: uma perspectiva dos entraves e pontos fortes para a efetivação da participação popular nas políticas públicas municipais de Nampula entre 1998 a 2017**. Tese de doutorado. MDU – UFPE, 2020.

BEZERRA, Juliana. **Descolonização da África**. Disponível em: <
<https://www.todamateria.com.br/descolonizacao-da-africa/>>. Acesso em : 14 jun. 2020.

MARX, Karl. **Os Despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Manuscritos -filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos**. São Paulo: Contexto, 2006.

MUSTAFÁ, Alexandra. **O Ser Social. Ética, pesquisa social e direitos humanos**.

Ebook Disponível em: <

https://www3.ufpe.br/editora/UFPEbooks/Serie_Extensao/ser_social/>. Acesso em : 14 jun. 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **A África Desde O Fim Da Guerra Fria**. Relações Internacionais. p. 093-114, Dez. 2009.

RIBERA, Ricardo. A Guerra Fria: Breves Notas Para Um Debate. **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n. 1, p. 87-106, Jan-Jun, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Revoluções e Relações Internacionais: O Caso Africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos** e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907. v.1, n.1, p. 111-129, Jan/Jun 2016.